

# Borja propõe ação antitruste

LUCIO SANTOS  
Correspondente

**Rio** — O remédio clássico para se evitar a oligopolização da economia brasileira é a criação de uma legislação antitruste semelhante à que existe nos Estados Unidos. Caso contrário, o espaço ocupado pelos grandes conglomerados tende a aumentar, enquanto o das instituições independentes tende a diminuir. Este é o diagnóstico que o presidente da Associação dos Bancos Comerciais, ex-deputado Célso Borja, vem dando às autoridades econômicas brasileiras sobre a situação das empresas independentes no País.

Ele explicou que não são apenas os pequenos bancos que vêm sofrendo uma concorrência desleal dos grandes conglomerados financeiros, mas também as seguradoras, as distribuidoras, as sociedades de crédito imobiliário e até mesmo as agências de viagem. Em todos esses segmentos, os

grandes bancos estão presentes, oferecendo um serviço que não é personalizado como o das instituições independentes, mas é mais barato.

Célso Borja disse que há dois anos o segmento independente vem alertando a opinião pública, o sistema financeiro e o Governo Federal sobre as dificuldades que vêm enfrentando. Informou, porém que as autoridades econômicas, particularmente o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, estão sensíveis para o fato e em breve novas medidas deverão ser baixadas pelo Banco Central a fim de desafogar as instituições médias do sistema financeiro.

A Lei Antitruste seria, para Célso Borja, a melhor solução, pois "a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, no Canadá, e na Europa Ocidental, estabelecerá uma disciplina que abrirá espaço para a livre concorrência. Mas ele lamentou que "entre nós, a tendência seja contrária

em vez de evitar o monopólio, entra o próprio estado substituindo o preço de mercado pelo preço político".

Como exemplo dessa situação ele citou a Petrobrás, a Eletrobrás e a Telebrás que, sozinhas no mercado, cobram pelos seus serviços os preços que o governo determinar não seguindo as leis do mercado. Para se evitar isso, ele defendeu a democratização do capital das estatais, pois o governo não precisa possuir o controle acionário dessas empresas.

Célso Borja acrescentou que a desmonopolização da atividade econômica das empresas estatais deveria permitir não apenas a entrada no mercado de empresas privadas nacionais, mas também do capital estrangeiro, sob a forma de **Joint Ventures** com participação de um terço nas ações, por exemplo, o que daria mais recursos a essas empresas sem haver a desnacionalização do empreendimento.